

Meio: Observa Magazine

Data: 02-01-2020

DIREITO FISCAL

CONSENSOS FISCAIS EM PORTUGAL

Todos os partidos, nos seus programas, mostram preocupações no âmbito da fiscalidade verde. O Livre propôs uma redução da tributação sobre o trabalho, compensada com regras que eliminem subsídios ambientalmente prejudiciais e concretizem o princípio do “poluidor pagador”. O Governo, no seu programa, reflete algumas propostas no mesmo sentido e propõe a eliminação das isenções da taxa de carbono. E a CDU e o PAN seguem também essa linha, o que poderá garantir a viabilização desta eliminação. O PAN propõe, ainda, a extensão e aplicação da taxa de carbono a outros sectores poluentes.

O Livre, o PAN, a Iniciativa Liberal e o PSD propõem a redução da taxa de IVA aplicável a equipamentos, instalações e obras que melhorem a eficiência energética e promovam o uso de energias renováveis. Nesta senda, também há outros partidos que mostram vontade de reduzir a taxa aplicável aos sectores da electricidade e gás. Relativamente à “transição para a mobilidade eléctrica” que é proposta pelo Governo, o Livre apresenta propostas da mesma natureza, sendo expectável a convergência de outros partidos.

Também não é difícil identificar medidas, na área da sociedade digital, a suscitarem o apoio de outros partidos, como o Livre ou a CDU, que sugerem, respectivamente, a isenção ou o reembolso do imposto, ou a introdução de taxa reduzida de IVA para aquisições de bens e serviços no âmbito dos projectos de investigação.

A esquerda é quase unânime na pretensão de aumentar a progressividade do IRS e opta pelo número dos escalões e pela redução das taxas. Parece quererem também convergir em sede de englobamento de rendimentos, particularmente de capitais e prediais.

O PSD opta pela redução fiscal para as famílias da classe média e através da redução das taxas aplicáveis a pequenas e médias poupanças. Já o Chega e a Iniciativa Liberal propõem taxa única (flat tax), o que parece incompatível com o programa PS.



Rogério M. Fernandes Ferreira

Rogério Fernandes Ferreira & Associados
contact@rfflawyers.com

O favorecimento das famílias numerosas e o apoio à natalidade surgem mais à direita, com aumento das deduções. Mas há vontade comum de rever benefícios e incentivos fiscais, sendo proposta a eliminação de benefícios em sede de IRS (Iniciativa Liberal), a criação de um Estatuto Fiscal para o Interior (CDS), ou a cessação do regime dos Residentes Não Habituais (PAN e BE). O combate às desigualdades salariais, encontra também apoio no PAN: Poderão também não ficar de fora outras medidas, como a revisão do IMI e alterações no IMT.

Parece pois expectável a viabilização do OE 2020 pelos partidos à mais esquerda. É com estes que existem mais convergências. Mas este Orçamento entrará em vigor a meio do ano, o que adivinha dificuldade em alterações a impostos que tributem rendimentos e lucros desde 1 de Janeiro. E é também indesejável que seja na Lei orçamental - com fórmulas de aprovação menos ponderadas e exigentes - que se façam quaisquer alterações estruturais, sendo ainda importante que as alterações nos benefícios fiscais sejam “neutras” em termos de receita global final, em vez de promoverem mais despesas.